

ORA newsletter

Nº 59 – DEZEMBRO/2011
(circulação limitada)

Assuntos

Resumo Fiscal/Legal – Novembro de 2011	1
Princípios Orientadores da Recuperação Extrajudicial de Devedores	2
Lei do Orçamento do Estado para 2012	4
Revisores e Auditores	12

LEGISLAÇÃO FISCAL/LEGAL – NOVEMBRO DE 2011

Ministério das Finanças - Decreto-Lei n.º 106-B/2011, de 3 de Novembro - Aprova a 2.ª fase do processo de reprivatização da REN - Redes Energéticas Nacionais, SGPS, S.A..

Presidência do Conselho de Ministros - Resolução do Conselho de Ministros n.º 44-A/2011, de 8 de Novembro - Aprova as condições específicas da alienação de acções por venda directa no âmbito da 8.ª fase do processo de reprivatização da EDP - Energias de Portugal, S.A..

Ministério das Finanças - Despachos n.º(s) 15132-A/2011 e 15132-B/2011, de 8 de Novembro - Sequência de actos de privatização da EDP e da REN, respectivamente.

Ministério das Finanças - Portaria n.º 292/2011, de 8 de Novembro - Primeira alteração à Portaria n.º 150/2004, de 13 de Fevereiro, que aprova a lista dos países, territórios e regiões com regimes de tributação privilegiada claramente mais favoráveis.

Presidência do Conselho de Ministros - Resolução do Conselho de Ministros n.º 45-A/2011, de 10 de Novembro - Determina a admissão ou não admissão dos potenciais investidores de referência que procederam à apresentação de intenções de aquisição a participar nas subseqüentes fases do processo de alienação das acções objecto de venda directa de referência no âmbito da 8.ª fase do processo de reprivatização da EDP - Energias de Portugal, S.A..

Ministérios das Finanças e da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território - Portaria n.º 295/2011, de 15 de Novembro - Estabelece os factores de correcção extraordinária das rendas para o ano de 2012.

Assembleia da República - Lei n.º 60-A/2011, de 30 de Novembro - Proceda à segunda alteração à Lei do Orçamento do Estado para 2011, aprovada pela Lei n.º 55-A/2010, de 31 de Dezembro, altera o Decreto-Lei n.º 287/2003, de 12 de Novembro, e o Código do Imposto Municipal sobre Imóveis (CIMI) e procede à primeira alteração do Decreto-Lei n.º 137/2010, de

ORA newsletter

Nº 59 – DEZEMBRO/2011
(circulação limitada)

28 de Dezembro, que aprova um conjunto de medidas adicionais de redução de despesa com vista à consolidação orçamental prevista no Programa de Estabilidade e Crescimento (PEC) para 2010-2013.

Ministério da Economia e do Emprego - Decreto-Lei n.º 111/2011, de 28 de Novembro - Sujeita os lanços e sublanços das auto-estradas SCUT do Algarve, da Beira Interior, do Interior Norte e da Beira Litoral/Beira Alta ao regime de cobrança de taxas de portagem aos utilizadores.

PRINCÍPIOS ORIENTADORES DA RECUPERAÇÃO EXTRAJUDICIAL DE DEVEDORES

No âmbito do memorando de entendimento celebrado entre a República Portuguesa e o Banco Central Europeu, a Comissão Europeia e o Fundo Monetário Internacional no quadro do programa de auxílio financeiro a Portugal (Troika) o Governo Português assumiu o compromisso de definir princípios gerais de reestruturação voluntária extrajudicial de devedores em conformidade com as boas práticas internacionais.

Estes princípios, consistem num “conjunto de medidas que têm como objectivo a promoção dos mecanismos de reestruturação extrajudicial de devedores, ou seja, de procedimentos que permitem que, antes de recorrerem ao processo judicial de insolvência, a empresa que se encontra numa situação financeira difícil e os respectivos credores possam optar por um acordo extrajudicial que visa a recuperação do devedor e que permita a este continuar a sua actividade económica”. Em comparação com o processo judicial de insolvência, estes procedimentos, em virtude da sua flexibilidade e eficiência, permitem obter diversas vantagens: (i) a empresa mantém-se sempre em actividade; (ii) os credores têm uma taxa de recuperação de crédito mais elevada; e (iii) a empresa mantém as suas relações jurídicas e económicas com trabalhadores, clientes e fornecedores.

Assim, os princípios referidos são um conjunto de medidas a serem seguidas pelas partes, de **adesão voluntária** e que têm como objectivo “potenciar o processo negocial iniciado tendo em vista a recuperação de uma empresa, contribuindo para o aumento do número de negociações concluídas com sucesso”. Foram desenvolvidos em conjunto, pelos Ministérios das Finanças, da Justiça, da Economia e do Emprego e da Solidariedade e Segurança Social, e de acordo com as boas práticas e recomendações internacionais.

Face aos compromissos internacionais assumidos, a Presidência do Conselho de Ministros publicou em Diário da República, no dia 25 de Outubro de 2011, a Resolução n.º 43/2011, onde deu a conhecer os “Princípios Orientadores” pelos quais se deverão nortear as condutas de devedores e credores, designadamente:

Primeiro Princípio - O procedimento extrajudicial de recuperação de devedores corresponde às negociações entre o devedor e os credores envolvidos, com vista a obter um acordo que

2/12

OLIVEIRA REGO E ASSOCIADOS, SROC

Avª Praia da Vitória, nº 73 – 2º Esq. 1050-183 Lisboa Tel.: 21 315 26 72 / 21 315 97 59 Fax: 21 315 99 36 info@oliveirarego.pt
Inscrita na C.M.V.M. com o n.º 218 e na Ordem dos R.O.C. com o n.º 46 Contribuinte n.º 501 794 662

ORA newsletter

Nº 59 – DEZEMBRO/2011
(circulação limitada)

permita a efectiva recuperação do devedor. Corresponde a um compromisso assumido entre o devedor e os credores envolvidos, e não a um direito, e apenas deve ser iniciado quando os problemas financeiros do devedor possam ser ultrapassados e este possa, com forte probabilidade, manter-se em actividade após a conclusão do acordo.

Segundo Princípio - Durante todo o procedimento, as partes devem agir de boa-fé, na busca de uma solução adequada e construtiva que satisfaça todos os envolvidos.

Terceiro Princípio - Os credores envolvidos podem criar comissões e ou designar um ou mais representantes para negociar com o devedor. As partes podem, ainda, designar consultores que as aconselhem e auxiliem nas negociações, em especial nos casos de maior complexidade.

Quarto Princípio - Os credores envolvidos devem cooperar entre si e com o devedor de modo a concederem a este um período de tempo suficiente (mas limitado) para obter e partilhar toda a informação relevante e para elaborar e apresentar propostas para resolver os seus problemas financeiros. Este período de tempo, designado por período de suspensão, é uma concessão dos credores envolvidos, e não um direito do devedor.

Quinto Princípio - Durante o período de suspensão, os credores envolvidos não devem agir contra o devedor, comprometendo-se a abster-se de intentar novas acções judiciais e a suspender as que se encontrem pendentes.

Sexto Princípio - Durante o período de suspensão, o devedor compromete-se a não praticar qualquer acto que prejudique os direitos e as garantias dos credores (conjuntamente ou a título individual), ou que, de algum modo, afecte negativamente as perspectivas dos credores de verem pagos os seus créditos, em comparação com a sua situação no início do período de suspensão.

Sétimo Princípio - O devedor deve adoptar uma postura de absoluta transparência durante o período de suspensão, partilhando toda a informação relevante sobre a sua situação, nomeadamente a respeitante aos seus activos, passivos, transacções comerciais e previsões da evolução do negócio.

Oitavo Princípio - Toda a informação partilhada pelo devedor, incluindo as propostas que efectue, deve ser transmitida a todos os credores envolvidos e reconhecida por estes como confidencial, não podendo ser usada para outros fins, excepto se estiver publicamente disponível.

Nono Princípio - As propostas apresentadas e os acordos realizados durante o procedimento, incluindo aqueles que apenas envolvam os credores, devem reflectir a lei vigente e a posição relativa de cada credor.

Décimo Princípio - As propostas de recuperação do devedor devem basear-se num plano de negócios viável e credível, que evidencie a capacidade do devedor de gerar fluxos de caixa necessários ao plano de reestruturação, que demonstre que o mesmo não é apenas um

ORA newsletter

Nº 59 – DEZEMBRO/2011
(circulação limitada)

expediente para atrasar o processo judicial de insolvência, e que contenha informação respeitante aos passos a percorrer pelo devedor de modo a ultrapassar os seus problemas financeiros.

Décimo Primeiro Princípio - Se durante o período de suspensão ou no âmbito da reestruturação da dívida for concedido financiamento adicional ao devedor, o crédito resultante deve ser considerado pelas partes como garantido.

Assim, parece-nos ter sido dado um passo muito importante para a resolução extrajudicial de alguns conflitos, tornando-se a via negocial a melhor forma de resolver diferendos entre devedores e credores, face a um circuito judicial penoso e muitas vezes pouco coincidente com o interesse das partes, embora isso exija transparência e sólidos princípios de boa-fé.

- Paula Bárbara -

LEI DO ORÇAMENTO DO ESTADO PARA 2012

O texto final da Lei do Orçamento do Estado para 2012 foi aprovado no Parlamento no passado dia 30 de Novembro, sendo que, a sua entrada em vigor, encontra-se dependente da promulgação da Lei pelo Presidente da República.

O documento acima referido ainda não se encontra disponível, tendo sido no entanto divulgadas algumas alterações à proposta de Lei com incidência fiscal.

Assim, face à relevância da informação, passamos a enunciar as principais medidas de natureza fiscal previstas na proposta de Lei do Orçamento do Estado para 2012, com enfoque sobre aquelas que terão implicações directas na actividade empresarial. De referir que foram tidas em consideração as respectivas alterações divulgadas.

Adicionalmente, alertamos para as alterações fiscais ocorridas no imposto sobre o rendimento das pessoas singulares, as quais terão um forte impacto no apuramento do imposto a pagar, nomeadamente por via de reduções significativas das deduções à colecta e benefícios fiscais.

Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas

Período de Tributação

A manutenção por um prazo mínimo de 5 anos de período de tributação distinto do ano civil não é aplicável nos casos em que o sujeito passivo passe a integrar um grupo de sociedades obrigado a elaborar demonstrações financeiras consolidadas, no qual a empresa-mãe adopte igualmente um período de tributação diferente daquele que era adoptado pelo sujeito passivo.

ORA newsletter

Nº 59 – DEZEMBRO/2011
(circulação limitada)

Entidades anexas a IPSS

As “entidades anexas” a Instituições Particulares de Solidariedade Social deixam de beneficiar de isenção de IRC.

Depreciações de Activos Biológicos Não Consumíveis

Passam a ser dedutíveis as depreciações dos activos biológicos que não sejam consumíveis, terminando desta forma a incoerência entre a tabela anexa ao Decreto Regulamentar 25/2009 e o CIRC, uma vez que se encontravam previstas taxas de amortização mas que de acordo com o CIRC não poderiam ser objecto de amortização.

Reporte de Prejuízos

O prazo de reporte dos prejuízos fiscais é aumentado de 4 para 5 anos (somente para prejuízos fiscais apurados em ou após 1 de Janeiro de 2012).

Contudo, é introduzida uma regra de limitação à dedução dos prejuízos fiscais, no sentido de a limitar a 75% do lucro tributável apurado em cada exercício, não ficando, porém, prejudicada a dedução da parte dos prejuízos que não tenha sido deduzida nas mesmas condições, até ao final do respectivo período de dedução (limitação já aplicável aos lucros tributáveis apurados em períodos de tributação iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2012, dos prejuízos fiscais apurados em exercícios anteriores).

A regra de dedução dos prejuízos fiscais até à concorrência de 75% do lucro tributável é, igualmente, aplicável, no âmbito do Regime Especial de Tributação dos Grupos de Sociedade, quer relativamente a prejuízos fiscais obtidos em exercícios anteriores ao do início da aplicação deste regime, quer aos prejuízos fiscais obtidos pelo Grupo.

Elimina-se, com efeitos retroactivos a 1 de Janeiro de 2011, a exigência de certificação legal das contas por Revisor Oficial de Contas, para a dedução dos prejuízos fiscais pelo terceiro ano consecutivo.

O reporte das menos-valias obtidas por entidades que não exerçam, a título principal uma actividade de natureza industrial, comercial ou agrícola passa igualmente para 5 anos.

Pagamento a Entidades Não Residentes Sujeitas a um Regime Fiscal Privilegiado

Alarga-se o regime actual de não dedutibilidade fiscal das importâncias pagas ou devidas a este tipo de entidades nos casos em que as mesmas sejam pagas ou devidas indirectamente, sempre que o sujeito passivo tenha ou devesse ter conhecimento do destino de tais importâncias.

Presume-se que deverá existir esse conhecimento quando, entre o sujeito passivo e as entidades às quais é aplicável um regime fiscal privilegiado, ou o mandatário, fiduciário ou interposta pessoa, existam relações especiais.

5/12

OLIVEIRA REGO E ASSOCIADOS, SROC

Avª Praia da Vitória, nº 73 – 2º Esq. 1050-183 Lisboa Tel.: 21 315 26 72 / 21 315 97 59 Fax: 21 315 99 36 info@oliveirarego.pt
Inscrita na C.M.V.M. com o n.º 218 e na Ordem dos R.O.C. com o n.º 46 Contribuinte n.º 501 794 662

ORA newsletter

Nº 59 – DEZEMBRO/2011
(circulação limitada)

Adicionalmente, o crédito de imposto por dupla tributação internacional não utilizado por insuficiência de colecta, deixa de ser reportável para períodos de tributação seguintes.

Taxas

É eliminada a taxa de IRC de 12,5% aplicável ao quantitativo da matéria colectável até 12.500 euros.

A taxa de retenção na fonte sobre rendimentos de títulos de dívida e outros rendimentos de capitais não expressamente tributados a taxa diferente, obtidos por entidades não residentes e sem estabelecimento estável em Portugal, é elevada para 25% (anteriormente ascendia 21,5%).

Os rendimentos de capitais pagos ou colocados à disposição de entidades não residentes sem estabelecimento estável em território português, domiciliadas em país, território ou região sujeitas a um regime fiscal claramente mais favorável, passam a ser objecto de aplicação de uma taxa de 30%.

Derrama Estadual

A taxa da Derrama Estadual passa para 3% sobre a parte do lucro tributável superior a 1,5 milhões euros e até 10 milhões de euros.

No que respeita à parte do lucro tributável superior a 10 milhões de euros, é introduzida uma nova taxa de 5%.

As regras relativas aos pagamentos adicionais por conta são alteradas em conformidade, ou seja, quando o lucro tributável do período de tributação anterior for superior a 1,5 milhões de euros, e não ultrapassar os 10 milhões de euros, a taxa aplicável para a ser de 2,5%, sendo que nos casos em que tal lucro seja superior aos 10 milhões de euros é introduzida uma nova taxa, correspondente a 4,5%, aplicando igualmente as respectivas taxas de forma escalonada.

As taxas anteriormente mencionadas aplicam-se aos lucros tributáveis e aos pagamentos adicionais por conta referentes aos dois períodos de tributação que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2012.

Esclarece-se que, quando seja aplicável o Regime Especial de Tributação de Grupo de Sociedades, a derrama deve ser calculada individualmente por cada uma das sociedades que integram o perímetro fiscal, como vinha sendo defendido pela Administração Fiscal, e não sobre o lucro tributável apurado pelo grupo.

Tributação Autónoma

As entidades sujeitas ao imposto especial de jogo passam a ser tributadas autonomamente à taxa de 70% sobre as despesas não documentadas.

ORA newsletter

Nº 59 – DEZEMBRO/2011
(circulação limitada)

Os lucros distribuídos a entidades isentas de IRC, total ou parcialmente, quando as partes de capital não obedeçam ao período de detenção mínimo de 1 ano, passam a ser tributados autonomamente à taxa de 25% (anteriormente era de 20%).

Contribuição sobre o Sector Bancário

A contribuição é prorrogada para 2012. Adicionalmente à base de incidência da contribuição, para além dos depósitos abrangidos pelo Fundo de Garantia de Depósitos, são também deduzidos os abrangidos pelo Fundo de Garantia de Crédito Agrícola Mútuo.

Representante Fiscal

Deixa de ser obrigatória a nomeação de representante fiscal por entidades residentes noutro Estado-membro da UE ou do EEE (Espaço Económico Europeu) que esteja vinculado a cooperação administrativa no domínio da fiscalidade equivalente à estabelecida no âmbito da UE, quando auferirem rendimento em território português.

Deveres de Cooperação dos Organismos Oficiais e de Outras Entidades

É introduzida a obrigação de apresentação, pelas entidades que paguem subsídios ou subvenções não reembolsáveis a sujeitos passivos de IRC, de uma declaração de modelo oficial, até ao final do mês de Fevereiro de cada ano, referente aos rendimentos atribuídos no ano anterior.

Despesas com Equipamentos e Software de Facturação

É alargada ao exercício de 2012 a possibilidade das desvalorizações excepcionais, decorrentes do abate de programas e equipamentos informáticos de facturação, que sejam substituídos em consequência da exigência de certificação de software, serem consideradas como perdas por imparidade, ficando o sujeito passivo dispensado da obrigação de obter aceitação da Direcção-Geral dos Impostos.

Por sua vez, a aquisição de programas e equipamentos informáticos de facturação certificados, em 2012, poderá ser considerada como gasto fiscal no período de tributação em que sejam suportadas.

Processo de Documentação Fiscal

Procede à clarificação da não obrigatoriedade de entrega da documentação respeitante à política adoptada em matéria de preços de transferência, conjuntamente com o processo de documentação fiscal “dossier fiscal”, excepto nos casos em que o sujeito passivo seja especificamente notificado para o efeito.

ORA newsletter

Nº 59 – DEZEMBRO/2011
(circulação limitada)

Imposto sobre o Valor Acrescentado

Operações Realizadas entre Entidades com Relações Especiais

Procedeu-se à consagração de uma norma anti-abuso para a determinação do valor tributável em operações efectuadas entre sujeitos passivos que tenham relações especiais, prevalecendo nesse caso o critério do valor normal. Esta derrogação não será aplicada se for feita prova de que a diferença entre a contraprestação e o valor normal se justifica por outras circunstâncias que não a relação especial entre as partes.

Verifica-se ainda uma nova redacção à norma anti-abuso, com o objectivo de esclarecer que são abrangidas por esta norma as operações cujos intervenientes tenham relações especiais, independentemente de os adquirentes ou destinatários serem ou não sujeitos passivos.

Alteração na Estrutura das Taxas

No que diz respeito à taxa reduzida, os seguintes produtos e serviços passam a ser tributados à taxa normal: (i) bebidas e sobremesas lácteas; (ii) sobremesas de soja, incluindo tofu; (iii) batata fresca descascada, inteira ou cortada, pré-frita, refrigerada, congelada, seca ou desidratada, ainda que em puré ou preparada por meio de cozedura ou fritura; (iv) refrigerantes, xaropes de sumos, bebidas concentradas de sumos e os produtos concentrados de sumos; (v) espectáculos, provas e manifestações desportivas e outros divertimentos públicos; e (vi) rafia natural. Verifica-se ainda a passagem para a taxa intermédia das águas de nascente e águas minerais, ainda que reforçadas ou adicionadas de gás carbónico (as adicionadas de outras substâncias encontram-se já tributadas à taxa normal).

Quanto à taxa intermédia, eliminam-se os seguintes produtos ou serviços: (i) serviços de alimentação e bebidas (onde se inclui a restauração); (ii) conservas de frutas, frutos e produtos hortícolas; (iii) frutas e frutos secos; (iv) óleos e margarina alimentares; (v) café, incluindo sucedâneos e misturas; (vi) aperitivos à base de produtos agrícolas e sementes; (vii) produtos preparados à base de carne, peixe, legumes ou produtos hortícolas, massas recheadas, pizzas, sandes, sopas e refeições prontas a consumir (em regime de pronto a comer e levar ou com entrega ao domicílio); (ix) aperitivos ou snacks à base de estrudidos de milho e trigo, de milho moído e frito ou de fécula de batata; (x) gasóleo de aquecimento; e (xi) diversos equipamentos relacionados com energias renováveis, prospecção de petróleo e gás natural e medição e controlo de poluição.

Liquidação Oficiosa

Estabelecem-se novas regras para a liquidação oficiosa de IVA pelos serviços centrais, prevendo-se, designadamente, que a mesma tenha por limite mínimo um valor anual igual a 6 ou 3 vezes à retribuição mínima mensal garantida, respectivamente para os sujeitos passivos que estejam no regime mensal ou trimestral.

ORA newsletter

Nº 59 – DEZEMBRO/2011
(circulação limitada)

Restituição de IVA a IPSS e à Santa Casa da Misericórdia de Lisboa

Volta-se a aplicar, durante o ano de 2012, o regime de restituição de IVA às IPSS e à Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, em determinadas condições.

Autorizações Legislativas

Alteração das regras de localização de determinadas locações de meios de transporte e embarcações.

Transposição da Directiva Comunitária 2010/45/UE do Conselho, de 13 de Julho de 2010, que altera as regras em matéria de facturação e exigibilidade do imposto.

Estabelecimento de regras para a emissão e a transmissão electrónica de facturas e outros documentos com relevância fiscal, garantindo o respeito de diversas normas de segurança e integridade dos documentos e respectiva articulação com os serviços da administração tributária.

Criar deduções em IRS, IMI ou Imposto Único de Circulação correspondentes a um valor de até 5% do IVA suportado na aquisição de bens e serviços.

Imposto de Selo

Caducidade do direito à liquidação

Alargamento do prazo de caducidade do direito à liquidação na aquisição onerosa do direito de propriedade ou de figuras parcelares sobre bens imóveis de 4 para 8 anos, contados da transmissão ou da data em que a isenção ficou sem efeito.

Pedido Especial de Restituição

É eliminada a possibilidade de o Ministro das Finanças poder ordenar a restituição do Imposto do Selo indevidamente cobrado nos últimos quatro anos, quando os sujeitos passivos não houvessem utilizado, em tempo oportuno, os meios de reacção próprios, previstos no Código de Procedimento e de Processo Tributário.

Constituição de Garantias

Isenção de Imposto de Selo em 2012 sobre as garantias prestadas a favor do Estado ou das instituições de Segurança Social, no âmbito do pagamento em prestações de dívidas exigíveis em processo executivo ou de operações de recuperação de créditos fiscais e da segurança social.

ORA newsletter

Nº 59 – DEZEMBRO/2011
(circulação limitada)

Estatuto dos Benefícios Fiscais

Caducidade dos Benefícios Fiscais

A regra de caducidade dos benefícios fiscais (a qual prevê que, relativamente a determinadas normas, o respectivo período de vigência é, salvo disposição em contrário, de 5 anos) deixa de ser aplicável: (i) à isenção de IRC de que beneficiam as SGPS relativamente às mais-valias realizadas respeitantes a partes de capital, desde que cumpridas determinadas condições; (ii) aos benefícios fiscais à reestruturação empresarial, aplicáveis às empresas que se reorganizem em resultado de actos de concentração ou de acordos de cooperação, designadamente os respeitantes às isenções de IMT, Imposto do Selo e emolumento/outros encargos legais; e (iii) às isenções de IRC, IMT, IMI e Imposto de Selo aplicáveis às cooperativas, desde que cumpridas determinadas condições.

Fundos de Pensões e Equiparáveis

É alargada a isenção de IRC quanto aos rendimentos dos fundos de pensões que se constituam, operem de acordo com a legislação e estejam estabelecidos noutro Estado-membro da UE ou do EEE (neste último caso, desde que esse Estado-membro esteja vinculado a cooperação administrativa no domínio da fiscalidade equivalente à estabelecida no âmbito da UE), não imputáveis a estabelecimento estável situado em território português, desde que cumpridos determinados requisitos cumulativos, parte dos quais mediante declaração confirmada e autenticada pelas autoridades do Estado-membro da UE ou do EEE a quem compete a respectiva supervisão.

Sociedade de Capital de Risco e Investidores de Capital de Risco

O regime fiscal das SCR e ICR é autonomizado em artigo aditado ao EBF, mantendo-se nos termos actuais, isenção de tributação de mais-valias, mantendo-se sujeito à cláusula de caducidade (em vigor até 2016).

Fundos de Investimento Imobiliário (FII)

Aos rendimentos prediais obtidos por FII passa a poder ser deduzido o encargo relativo ao IMI, além da dedução dos encargos de manutenção e conservação dos imóveis.

Fundos de Investimento Mobiliário (FIM)

É aumentada para 21,5% (anteriormente 10%) a taxa de tributação aplicáveis às mais-valias realizadas por FIM.

RFAI

O Regime de Apoio ao Investimento é prorrogado até 31 de Dezembro de 2012.

10/12

OLIVEIRA REGO E ASSOCIADOS, SROC

Avª Praia da Vitória, nº 73 – 2º Esq. 1050-183 Lisboa Tel.: 21 315 26 72 / 21 315 97 59 Fax: 21 315 99 36 info@oliveirarego.pt
Inscrita na C.M.V.M. com o n.º 218 e na Ordem dos R.O.C. com o n.º 46 Contribuinte n.º 501 794 662

ORA newsletter

Nº 59 – DEZEMBRO/2011
(circulação limitada)

Veículos de Transporte

Mantém-se em 2012 a isenção de IRC para as mais-valias resultantes da transmissão onerosa de veículos de transporte público de passageiros, de táxis e de veículos de transporte de mercadorias, em caso de reinvestimento do valor de realização na aquisição de veículos novos, fabricados em data não anterior a 2011, sendo que tal reinvestimento deverá ser concretizado até ao fim do segundo período de tributação seguinte.

Centro Internacional de Negócios da Madeira

São expressamente revogados os benefícios fiscais aos sócios de entidades licenciadas no CINM, no que se refere às isenções de IRS e IRC aplicáveis a dividendos distribuídos e aos juros de suprimentos recebidos.

A partir de 1 de Janeiro de 2012, tais dividendos passarão a ser sujeitos a retenção na fonte à taxa de 21,5%.

Operações de Reporte

É prorrogada a isenção de IRC sobre os ganhos obtidos por instituições financeiras não residentes na realização de operações de reporte de valores mobiliários efectuadas com instituições de crédito residentes, desde que tais ganhos não sejam imputáveis a estabelecimento estável daquelas instituições situado em território nacional.

Áreas de Localização Empresarial (ALE)

Verifica-se a prorrogação da isenção de IMT e de IMI relativamente a prédios adquiridos ou concluídos até 31 de Dezembro de 2012, situados na ALE, sendo a isenção de IMI aplicável por um período de 10 anos.

- Ivo Morais -

ORA newsletter

Nº 59 – DEZEMBRO/2011
(circulação limitada)

REVISORES E AUDITORES

A Ordem dos Revisores Oficiais de Contas publicou recentemente o nº 54 da sua revista trimestral (Julho a Setembro de 2011).

Salientamos pelo seu interesse as seguintes matérias/artigos:

- i) **O Controlo de Qualidade nas Firms de Auditoria no Actual Contexto Económico e Situação da Profissão** - O objectivo principal do artigo consiste em reforçar a sensibilização dos revisores/auditores, da relevância que a concepção e efectiva implementação de sistemas de controlo de qualidade, ao nível das firms de auditoria, assume para a Profissão, como parte integrante do processo de monitorização do controlo de qualidade exercido pela Ordem, sob supervisão do Conselho Nacional de Supervisão de Auditoria (CNSA).
- ii) **Alguns aspectos da Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial** - Este artigo trata do registo dos resultados das entidades participadas e da imputação e da atribuição dos mesmos às entidades participantes, no âmbito da aplicação nas contas individuais do método da equivalência patrimonial.
- iii) **Locações: Uma nova Abordagem** – Este artigo trata do projecto de que resultou o “Exposure Draft ED/2010/9 – Leases” publicado em 17 de Agosto de 2010, que aponta para uma nova abordagem à contabilização das locações que assegura que todos os activos e passivos que surjam relacionados com estes contratos serão reconhecidos nas demonstrações financeiras. O novo tratamento contabilístico que deverá ser dado às locações alterará, substancialmente, o esquema de contabilização deste instrumento, o que terá um impacto significativo em inúmeras entidades, tanto mais quanto maior for o número de locações que estas tenham na data de transição.

***Nota:** Esta publicação da ORA é genérica e o objectivo é meramente informativo. Não tem a intenção de substituir a necessidade de consulta dos diplomas mencionados ou o recurso a opinião profissional para os temas tratados em função dos casos concretos de cada entidade.*